

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa visando a aquisição **de brinquedos e materiais esportivos** destinados à execução do **PROGRAMA PIM: Primeira Infância em Movimento**, em conformidade com o **Convênio nº 01/2025**, celebrado entre a Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru (COMDICA). A contratação visa atender às especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste documento e em seus anexos, garantindo o fornecimento de itens indispensáveis para a implementação das ações previstas no Programa, as quais têm por finalidade promover o desenvolvimento motor, cognitivo e psicossocial de crianças de 0 a 6 anos, por meio de atividades psicomotoras adequadas a cada faixa etária.

**2. DAS JUSTIFICATIVAS****2.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.1.** A Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, no exercício de sua função institucional de garantir o acesso à educação básica com qualidade, equidade e respeito às singularidades do público infantil, identificou, por meio de diagnóstico técnico e pedagógico, a necessidade de aquisição de brinquedos e materiais esportivos para estruturação e execução do Programa Primeira Infância em Movimento (PIM).

**2.1.2.** O Programa, financiado pelo Convênio nº 01/2025 celebrado com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru (COMDICA), visa proporcionar atividades psicomotoras, lúdicas e esportivas adaptadas à faixa etária de 0 a 6 anos, em conformidade com as diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) 2023–2032.

**2.1.3.** A não realização da contratação pode comprometer a execução do convênio, gerando impactos negativos para a Administração, como inadimplência, e prejudicando o atendimento das metas estabelecidas. Assim, a contratação é indispensável para mitigar esses riscos e assegurar a continuidade efetiva dos serviços prestado a sociedade.

**2.1.4.** Nesse contexto, a aquisição de brinquedos e materiais esportivos apresenta-se como uma demanda não apenas estratégica, mas estrutural e imprescindível, pois visa conferir condições materiais adequadas à implementação das atividades previstas no Programa PIM, permitindo o alcance de resultados substanciais nas dimensões pedagógica, social e emocional.

**2.1.5.** Portanto, a aquisição desses materiais e equipamentos visa aprimorar significativamente a qualidade dos serviços prestados pelo Programa Primeira Infância em Movimento, garantindo a organização e a eficiência das intervenções, promovendo um ambiente rico em estímulos para o desenvolvimento integral das crianças, e

contribuindo para um atendimento mais digno e eficaz às famílias em situação de vulnerabilidade, conforme a missão da Secretaria de Educação e Esportes, e está alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência e do planejamento, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

**2.1.6.** Por fim, a descrição e toda justificativa pormenorizada para referida contratação encontra-se discriminado no **tópico 02** do Estudo Técnico Preliminar, que subsidia sua formalização, tendo como fulcro o evidenciamento da necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, considerando ainda, a viabilidade técnica e econômica da contratação.

## **2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

**2.2.1.** Os quantitativos presentes na futura contratação, foram estimados conforme estabelecido no **Convênio nº 01/2025**, celebrado entre a Secretaria de Educação e Esportes e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru.

## **2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

**2.3.1.** A motivação quanto à escolha da solução a ser licitada encontra-se devidamente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, especialmente nos **tópicos 5 e 9**, no qual se evidenciam as características do objeto, a demanda estimada, as entregas não-parceladas e a estratégia de contratação mais adequada ao interesse público.

**2.3.2.** Diante o exposto, justifica-se a aquisição do objeto, por meio da deflagração de procedimento licitatório.

## **3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**3.1.** Os bens a serem adquiridos se classificam como **de natureza comum**, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II do Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023.

**3.2.** Os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto nº 065, de 29 de Agosto de 2023.

**3.3.** Dessa forma, a licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **MENOR VALOR POR ITEM**, conforme definição constante no **tópico 13** do Estudo Técnico Preliminar (ETP), observando-se as características e a conveniência administrativa para o agrupamento ou separação dos itens.

**3.4.** O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**, conforme previsto no art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais

vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

**3.6.** Com o objetivo de suprir as necessidades administrativas, a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, edital e seus anexos.

**3.7.** Quando cabível, o prazo de garantia do material informado pelo fabricante na embalagem, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo dos produtos.

**3.8.** Os objetos deverão ser entregues livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

**3.9.** O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo: insumos, mão de obra, tributos, encargos sociais, frete, carga e descarga, seguro, taxas e quaisquer outras despesas incidentes, não cabendo à Administração quaisquer ônus adicionais.

**3.10.** A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados sob a forma de amostras incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de referência.

#### **4. DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS**

**4.1.** A secretaria demandante poderá solicitar às empresas participantes do certame informações adicionais para esclarecer dúvidas e subsidiar as decisões relacionadas ao julgamento, considerando as propostas de preços apresentadas.

#### **5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**5.1.** De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

**5.2.** Nesse sentido, o Acórdão nº 1.240/2008 – Plenário do TCU:

A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes. A lei deixa à discricionariedade administrativa a decisão de permitir a participação no certame de empresas em consórcio, porém ao permitir a Administração deverá observar as disposições contidas no

Art. 33, lei 8.666/93, não podendo estabelecer condições não previstas expressamente na Lei, mormente quando restritivas ao caráter competitivo da licitação (grifo nosso).

**5.3.** No mesmo sentido também se pode citar o Acórdão nº 2.831/2012 – Plenário do TCU:

A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.

**5.4.** Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade e do grande vulto do objeto, uma vez que se trata de contratação de baixa complexidade operacional, também não está presente o grande vulto da contratação, pois não há riscos financeiros consideráveis na aquisição pretendida.

**5.5.** Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio

## **6. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DA NECESSIDADE DE CATÁLOGO**

**6.1** Com o objetivo de suprir as necessidades estabelecidas quanto ao a execução do **PROGRAMA PIM: Primeira Infância em Movimento**, em conformidade com o **Convênio nº 01/2025**, celebrado entre a Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru (COMDICA), a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, edital e seu anexos.

**6.2** Os objetos deverão ser entregues livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

**6.3.** As propostas deverão ser elaboradas conforme as especificações e quantitativos contidas no anexo do presente termo de referência:

**6.4.** Os itens deverão ser entregues estando livres de quaisquer ônus ou avarias, acondicionados, quando assim for, conforme praxe do fabricante, garantindo a integridade do uso. Rotulando-os conforme legislação em vigor, contemplando a

descrição técnica do material. E também deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações que possam ser aplicadas ao caso concreto.

**6.6.** O preço proposto deverá incluir todos os custos envolvidos na aquisição, tais como impostos, fretes, seguros, taxas e quaisquer outros encargos incidentes sobre o objeto licitado.

**6.7.** Após a adjudicação, os produtos ofertados não poderão ser substituídos por itens de marcas diferentes, exceto em casos de produtos comprovadamente similares ou superiores em qualidade, desde que haja justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Secretaria Gestora do Contrato, desde que tal substituição represente vantagem para a Administração.

**6.8.** Ao apresentar sua proposta, a licitante deverá observar os valores máximos unitários e totais de referência, conforme mapa de preços elaborado pela Gerência de Compras e Cotações, anexo a este Termo de Referência.

**6.9.** Para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos dos produtos a serem adquiridos, serão exigidos dos licitantes vencedores a apresentação de catálogo/folder/prospecto, emitido pela fabricante dos produtos, em língua portuguesa;

**6.9.1.** A adoção do catálogo, além de garantir **segurança jurídica e transparência** no processo licitatório, reduz a margem de subjetividade na avaliação das propostas, facilita a fase de amostras, permite melhor fiscalização contratual e assegura que os materiais entregues correspondam exatamente ao que foi especificado. Trata-se, portanto, de medida imprescindível para assegurar a plena execução do objeto, em consonância com os princípios da **eficiência, economicidade, padronização e interesse público** previstos na Lei nº 14.133/2021.

**6.10.** Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

**6.11.** A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados no catálogo incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de referência.

**6.12.** O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua integridade até o uso. Rotulado conforme legislação em vigor. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislação

**6.13.** Após a adjudicação, nenhum dos produtos/serviços oferecidos poderá ser substituído por outros de outras marcas/especificações, salvo por produtos de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa por escrito devidamente fundamentada e aceita pelo Município de Caruaru, também de forma expressa.



## 6.15. DA POSSIBILIDADE DE SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

**6.15.1** Em razão das especificidades do objeto, **PODERÁ SER SOLICITADA**, a critério da área técnica, a apresentação de amostras pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, como medida de verificação prévia da compatibilidade entre o produto ofertado e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

**6.15.2** A solicitação de amostras constitui instrumento de mitigação de riscos contratuais, garantindo que os itens fornecidos atendam aos padrões mínimos de segurança, durabilidade, acabamento e qualidade, preservando o interesse público e a adequada execução contratual.

**6.15.3.** A metodologia será adotada como medida de verificação prévia da compatibilidade entre o produto ofertado e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, garantindo que os materiais fornecidos atendam aos padrões de **segurança, durabilidade, funcionalidade e qualidade**, assegurando o interesse público e a plena execução do objeto contratual.

**6.15.4.** Essa exigência encontra respaldo no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como em precedentes do Tribunal de Contas da União, que admitem a solicitação de amostras como instrumento legítimo de aferição técnica, desde que prevista em edital e fundamentada, não configurando restrição à competitividade.

**6.15.5.** Quando solicitadas, as amostras deverão ser apresentadas pela licitante classificada em primeiro lugar no respectivo item, no prazo e condições definidos neste Termo de Referência e no edital.

**6.15.6.** As amostras deverão ser entregues na Gerência de Contratos da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240, telefone: (81) 3101-0014 (antigo prédio da FAFICA), no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da data do recebimento da solicitação.

**6.15.7.** Todas as amostras deverão estar devidamente identificadas com:

- a) Número e descrição do item ao qual se referem;
- b) Razão social, CNPJ, endereço completo e telefone da empresa;
- c) Nome completo e contato do representante legal.

**6.15.8.** A avaliação das amostras observará, de acordo com a natureza de cada item previsto neste Termo de Referência, as seguintes características:

- a) **Qualidade dos materiais:** verificação da composição, resistência, acabamento e conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- b) **Durabilidade e resistência ao uso contínuo:** capacidade do item suportar manuseio frequente e condições típicas do ambiente escolar;
- c) **Acabamento e construção:** ausência de falhas, imperfeições, rebarbas ou defeitos

de fabricação que comprometam a utilização;

d) **Funcionalidade e desempenho:** adequação do item à sua finalidade pedagógica, incluindo, no caso de instrumentos musicais, aspectos como afinação, resposta sonora, ergonomia e facilidade de uso;

e) **Segurança:** inexistência de riscos aos usuários, tais como bordas cortantes, materiais inadequados ou estruturas instáveis;

f) **Conformidade com o catálogo apresentado:** compatibilidade entre a amostra, a proposta e a documentação técnica apresentada pela licitante.

**6.15.9.** A análise será realizada por comissão técnica designada pela SEDUC, de forma objetiva e imparcial, fundamentada em critérios previamente definidos. O resultado será formalizado em **parecer técnico motivado**, que indicará expressamente a aprovação ou reprovação da amostra.

**6.15.10.** O parecer técnico será emitido em até **02 (dois) dias úteis** após o recebimento das amostras. Durante a análise, poderão ser solicitados esclarecimentos ou complementações, devendo a empresa atender no prazo estabelecido pela área técnica.

**6.15.11.** Todos os custos com a confecção, envio e substituição de amostras serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

**6.15.12.** Os materiais apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados e testados para análise da qualidade, das especificações técnicas e do atendimento ao que é exigido neste Termo ou no Edital. E serão disponibilizados para devolução após a emissão do parecer técnico.

**6.15.13.** Caso a licitante não compareça para recolher o produto disponibilizado para a amostra no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação, a PMC poderá dar o destino que melhor lhe aprouver ao respectivo produto.

**6.15.14.** A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados sob a forma de amostras incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

## **7. DO VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

### **7.1. Valor Referencial**

**7.1.1.** O valor estimado para aquisição dos bens está consolidado no Mapa Comparativo de Preços, elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração (SAD), o qual integra o presente Termo de Referência como anexo.

**7.1.2.** O valor estimado constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Prefeitura obrigada a realizá-la em sua totalidade. Portanto, a Prefeitura se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

**7.1.3.** Os valores unitários e totais estão estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços anexo e são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

**7.1.4.** Os custos com frete, carga, descarga e transporte dos materiais deverão ser integralmente suportados pelo licitante vencedor, sem qualquer custo adicional posterior à Administração, devendo estar expressamente contemplados na proposta.

## **7.2. Forma de Pagamento**

**7.2.1.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

**7.2.2.** Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

**7.2.3.** A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

**7.2.4.** Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

**7.2.5.** O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da vinculados ao mesmo CNPJ constante do contrato.

**7.2.6.** É vedado o pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

**7.2.7.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**7.2.8.** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso,



o prazo previsto no sub-item 4.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**7.2.9.** Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**7.2.10.** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

### **7.3. Reajuste de Preços**

**7.3.1.** Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.3.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

**7.3.3.** Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

**7.3.4.** A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

**7.4.** Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

**7.5.** Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

## **8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** O objeto do presente Termo será executado/fornecido de forma **IMEDIATA**, conforme justificativa no ETP, mediante Ordens de Fornecimentos emitidas pela Secretaria de Educação e Esportes, a qual será enviada por meio eletrônico.

**8.2.** Os itens deverão ser entregues, no local, dia e horário estabelecidos, conforme abaixo:

\* **Dias e horário de entrega:** Segunda a sexta-feira das 8h00 às 15h00:

ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
Centro de Referência, Formação e Pesquisa da Primeira Infância - CERPRINC	R. Vasco Fernandes Coutinho, 233 - Maurício de Nassau, Caruaru - PE, 55014-360

**8.3.** O prazo de entrega será de no máximo 15 (quinze) dias úteis a contar da data da Ordem de Fornecimento realizada pelo órgão/entidade demandante, **podendo ser prorrogado por até mais 5 (cinco) dias úteis**, justificadamente, à critério do órgão/entidade demandante.

**8.4.** Os materiais serão recebidos somente por pessoa credenciada pela PMC, a qual procederá à conferência com base na Ordem de Fornecimento escrita e assinada pelo responsável pelo Departamento de Compras do órgão/entidade demandante.

**8.5.** Os objetos serão recebidos da seguinte forma:

a) **PROVISORIAMENTE** – Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato.

b) **DEFINITIVAMENTE** – Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

**8.6.** Aplicam-se aos recebimentos provisórios e definitivos, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.7.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades.

**8.8.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

**8.9.** São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução dos serviços.

**8.10.** Os bens serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, que estejam em desconformidade com as especificações no Termo de Referência, quando da utilização dos mesmos.

**8.11.** Os produtos definidos neste Termo de Referência deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes,

adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

**8.12.** Deverão ser fornecidos os itens especificados, observando-se, rigorosamente, as características especificadas neste Termo de Referência.

## **9. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

### **9.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**9.1.1.** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do referido instrumento, a partir de quando as obrigações serão exigíveis, podendo ser prorrogado nos casos legalmente previstos nos artigos 106 e 107, da Lei nº14.133/21.

**9.1.2.** As disposições contratuais, incluídos os prazos e condições para a execução do contrato, serão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

### **9.2. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**9.3.** Nos termos do art.117 da Lei nº. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, fica designado como gestor do contrato:

- **Gestor(a) Titular:** Iracleide de Araújo Silva Lopes, Secretária Executiva da Primeira Infância, matrícula nº. 55.953-0.
- **Gestor(a) Suplente:** Flávio Gomes da Silva, Gerente II, matrícula nº. 59.303-7.
- **Fiscal Titular:** Erik Rafael Peixoto dos Anjos, Gerente II, matrícula nº. 56.020-2.
- **Fiscal Suplente:** Carlos Augusto de Holanda Cavalcanti, Gerente II, matrícula nº. 56.020-0.

**9.4.** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**9.5.** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**9.6.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

**10.1.** Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

## 11. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 11.1 DA LEGISLAÇÃO

**11.1.1.** A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

### 11.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**11.1.2.** Na execução do contratado, a empresa contratada deverá entregar o produto obedecendo rigorosamente os seguintes requisitos:

**11.1.2.1.** Às normas e especificações constantes deste termo de referência e o Estudo Técnico Preliminar;

**11.1.2.2.** Às normas da ABNT;

**11.1.2.3.** Às disposições legais Municipais e Estaduais;

**11.1.2.4.** Aos regulamentos das empresas concessionárias;

**11.1.2.5.** Às prescrições e recomendações dos fabricantes;

**11.1.2.6.** Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

**11.1.2.7.** Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

**11.1.2.8.** Às normas do Código de Defesa do Consumidor.

**8.1.3.** As informações complementares a respeito dos requisitos da contratação estão previstos no **tópico 6** do Estudo Técnico Preliminar, e no Edital da licitação.

## 12 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**12.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as condições exigidas neste Termo de Referência e seus anexos.

**12.2.** Será VEDADA a participação de empresas nas seguintes condições:

**12.2.1.** Licitantes que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, figure como ocupante de cargo comissionado ou detentor de emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta de Caruaru;

**12.2.2.** Empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste TR;

**12.2.3.** Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

**12.2.4.** Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

**12.2.5.** Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

**12.2.6.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**12.2.7.** Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;

**12.2.8.** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;

**12.2.9.** Que tiverem controle societário ou sócio comuns, independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante;

**12.2.10.** Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

## 13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU, esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021” preceitua: “Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos



**13.1.** Considerando o objeto da presente demanda, **não serão exigidos ATESTADOS de comprovação de qualificação técnica**, em razão da ausência do referido objeto nas exigências elencadas no art. 67 da Lei 14.133/2021.

## 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação, ocorrerão pela fonte de recurso do órgão) conforme indicadas abaixo:

11000 – Secretaria de Educação e Esportes.

11001 – Secretaria de Educação e Esportes.

12.365.1204.1.131 - Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos diversos para o Ensino Infantil.

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 – Secretaria de Educação e Esportes.

11001 – Secretaria de Educação e Esportes.

12.365.1207.1.124 - Construção, Reforma, Ampliação e Aquisição de Móveis e Máquinas para Ensino Infantil

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 – Secretaria de Educação e Esportes.

11001 – Secretaria de Educação e Esportes.

12.365.1207.2.140 - Suporte das Atividades da Creche e 1ª infância

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

## 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**15.1.** Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

**15.2.** Manter-se, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

**15.3.** Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;

---

de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.

Secretaria de Educação e Esportes- SEDUC

Av. Cícero José Dutra, Sn - Petrópolis,

Caruaru - PE, 55030-240

Telefone: (81) 3101-0011

*Página 14 | 21*

**15.4.** Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do objeto ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante.

**15.5.** Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;

**15.6.** Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a execução do objeto contratado.

**15.7.** Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo.

**15.8.** Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à execução e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos/serviços.

**15.9.** Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante.

**15.10.** Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO.

**15.11.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

**15.12.** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

**15.13.** Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta.

**15.14.** Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto à contratante.

## **16. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**16.1.** Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**16.2.** Solicitar o fornecimento do produto constante do objeto deste Termo de Referência mediante a expedição de Ordem de Fornecedor;

**16.3.** Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**16.4.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**16.5.** Devolver, no todo ou em parte, o produto que não estiver com boa apresentação ou sem condições de ser utilizado.

**16.6.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

**16.7.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

**16.8.** Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

**16.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**17.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**17.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**17.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**17.4.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**17.5.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**17.6.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**17.7.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**17.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**17.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**17.10.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**17.11.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**17.12.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **18. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL**

**18.1.** Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021).

### **18.2. DA JUSTIFICATIVA:**

**18.2.1.** A contratação em tela tem por objeto a aquisição de bens móveis de fornecimento imediato e padronizado (brinquedos e materiais esportivos), cuja execução contratual não envolve atividades de alta complexidade técnica, montagem especializada ou riscos acentuados que possam comprometer a entrega do objeto.

**18.2.2.** De acordo com o **art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021**, a exigência de garantia é **facultativa** e deve ser justificada quando necessária para assegurar o adimplemento das obrigações contratuais, observando-se a proporcionalidade entre o risco e o custo adicional imposto ao contratado. No presente caso, considerando:

- A natureza padronizada e de pronta entrega dos itens;
- A possibilidade de controle de qualidade no ato do recebimento, mediante conferência e testes;
- A existência de penalidades contratuais já previstas para hipóteses de inadimplemento ou entrega em desconformidade;
- O risco financeiro e operacional reduzido para a Administração;

**18.2.3.** conclui-se que a imposição de garantia contratual não se mostra necessária ou vantajosa, evitando-se, assim, onerar indevidamente o contratado e preservar a economicidade da aquisição.

**18.2.4.** Ressalta-se que a fiscalização técnica e administrativa será exercida de forma integral pelo gestor e pelo fiscal do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância às especificações e prazos pactuados.

## **19. PROPOSTA**

**19.1.** Deverão ser levados em consideração os elementos a seguir na elaboração das propostas:

**19.1.1.** As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 90 (Noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante, anexo a elas devem constar catálogo e os certificados dos itens que forem exigidos.



**19.1.2.** Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;

**19.2.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

## **20. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**20.1.** A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**20.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **21. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**21.1.** Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente.

**21.2.** Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

**21.3.** Não será admitida subcontratação do objeto.

**21.4.** A licitação deverá ser realizada sob o tipo “menor preço por item” para fins da escolha mais vantajosa.

**21.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

## **22. ANEXOS**

### **20.1. ANEXO I – DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS PRODUTOS**

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

**IRACLEIDE ARAÚJO SILVA LOPES**  
Matrícula nº 55.953-0  
Secretaria Executiva da Primeira Infância

**ANEXO I - DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS PRODUTOS**

Item	Descrição	Unid.	Qntd.
1	KIT treino funcional(-Escada de agilidade, 2mts de comprimento, e largura de 45cm, com 07 degraus; Fitas laterais polimida; -08cones demarcatórios furados, com 23cm de altura, em polipropileno colorido; - 08 pratos demarcatórios, com 19cm de diâmetro de base, e altura de 5cm, em polipropileno colorido; -Barreiras de agilidade, com 90cm de comprimento em madeira.)	KIT	34
2	Jogo de Correspondência (-Animais de silicone, tam. 1,6cm à 3,8cm, coloridos; -Pinça e pratos de plástico)	UND	34
3	Linha de Movimento nº 1 (-68 peças confeccionadas em madeira e arcos plásticos)	UND	4
4	Amarelinha colorida (-Tapete em EVA 13 peças, tam. 29cmx29cmx8mm)	UND	34
5	Jogo das Cores (-Conjunto de anéis de arcos-iris, em madeira (classificação das cores)	CONJ	34
6	Corda de pular (-Polipropileno de 6mm, cabo plástico, sistema giratório)	UND	10
7	Bambolê (-Plástico, com 65cm de diâmetro colorido)	UND	340
8	Brinquedos para banho (-Animais de borracha para piscina, coloridos de 3cm à 6cm)	PCT	20
9	Tachiuwa (-Material ABS,conjunto de mergulho em forma de anéis torpedo e plantas)	KIT	2
10	Boia de braço( -Tamanho único, infantil, inflável, cores sortidas)	UND	10
12	Caixa de lenços sensoriais (-Tecidos translúcidos, propriedade amassável, produz som, tam. 7,5cm à 8,5cm)	UND	34
13	Bolinhas para piscina (-Kit com 100 unidades coloridas de plástico)	PCT	34
14	Kit Natação Infantil (-Óculos e toca de natação infantil)	KIT	20
15	Prancha de Natação (-AMS EVA 40cmx27cm, com 30mm de altura)	UND	20
16	Colete flutuador infantil (-Tamanho único, infantil de náilon)	UND	20
17	<b>Espelho Terapêutico Divertido Pró-Fono (- Dimensões 27cm x 18cm x 12 cm, 01 vermelho e 01 azul)</b>	UND	2
18	Conjunto de Jogo Montessori Flutuante para Piscina (- Jogo de arremesso de bolas e anéis, em EVA, com 33cm de comprimentos X 30cm de largura; 12 círculos de arremesso ; 12 bolas em plástico com 4cm de diâmetro, 03 hastes verticais.)	UND	2
19	Conjunto números flutuantes (-kit em EVA, números de 0 à 9, dimensão 11cmX7cmX1,5cm)	CONJ	2
20	Conjunto argolas flutuantes (-Em EVA ou plástico resistente, 11cmX40cm de largura)	CONJ	2
21	Cama elástica recreativa (-Pula infantil 2,34mts de diâmetro X 1,75mts de Altura)	UND	2
22	Tapete flutuante terapêutico(-Dimensão média de 5,50mtsX1,85mts de espuma)	UND	2

23	Kit Futebol para cegos (- Uma bola com guizos; - 08 vendas, (04 vermelhas e 04 pretas))	KIT	2
24	Kit Balé infantil (- 01 Colante regata; - 01 saia transpassada; - 01 rede de coque; - 01 faixa de cabeça; -01 par de meia fiolo; (todo o kit cor padrão rosa); 01 par de sapatilhas pretas,OBS.: ENVIAR OS TAMANHOS DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA DE 02 à 03 ANOS)Somente será possível determinar os tamanhos com a turma.	KIT	30
25	Bola para pilates 75 (-Diâmetro de 75cm com bomba GYMBALL, cor Roxa)	UND	34
26	Kit de Elástico de Treino (-kit com 20 itens de 1metro, com alça)	KIT	2
27	Bola para pilates 25 (-Diâmetro 25cm, em PVC alta qualidade)	UND	34
28	Caixa De Som Amplificada Bluetooth Grande Potencia 2000 Pmpo 10w Saida Entrada Com 2 Microfone Sem Fio Karaoke	UND	2



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 07E5-8FF2-18ED-BE75

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IRACLEIDE DE ARAÚJO SILVA LOPES (CPF 355.XXX.XXX-10) em 20/05/2026 11:54:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/07E5-8FF2-18ED-BE75>